

RENAMO ACUSA FORÇAS ARMADAS DE DEFESA DE MOÇAMBIQUE (FADM) DE ASSASSINAR POPULAÇÃO INDEFESA



Em conferência de imprensa convocada para esse fim, esta quinta-feira (23), na sede nacional da Perdiz, o porta voz daquela organização política, José Manteigas Gabriel denunciou perante jornalistas a actuação brutal das FADM na província de Cabo Delgado. Manteigas começou por fazer duras críticas e condenou a actuação repreensível do exército moçambicano na província de Cabo Delgado. “Quando todos os moçambicanos esperam dos agentes e servidores do Estado uma actuação zelosa, humanizante, fundada no respeito escrupuloso da vida humana e dos demais direitos fundamentais, em algumas regiões do nosso país, as Forças de Defesa de Moçambique voltam a demonstrar o seu carácter violento e carrasco contra populações indefesas.”

Disse O porta-voz da RENAMO fez notar que diante dos problemas vividos no nosso país, onde o cenário é sombrio, de medo, pavor e da eminente falta de mantimentos no seio das famílias, o Estado tem um papel relevante na protecção dos cidadãos, bem como na busca de soluções. Manteigas fez denúncias de execuções sumárias perpetradas pelo exército e apresentou, a título de exemplo nomes de vítimas dessas acções. “Chegam informações preocupantes de Cabo Delgado, segundo as quais, no passado dia 12 de Abril, cerca das 18 horas, uma embarcação transportando pessoas e mercadorias de Pemba para Ibo foi interceptada por elementos das Forças Armadas de Defesa de Moçambique. Depois de um simulado interrogatório,

arrastaram a embarcação para baixo da ponte cais e dispararam contra todos os ocupantes o que causou a morte de vários concidadãos”. Explicou Segundo a denúncia da RENAMO, na lista de nomes dos 8 cidadãos executados com tiros a queima-roupa, consta o chefe de mobilização da RENAMO naquela zona e o seu filho. Constan igualmente nomes tais como: 1. Máquina Juma Mpingo; 2. Ussene Juma; 3. Nacir Machaca; 4. Jamal Nacir; 5. Ussene Nacir; 6. Momade Chabane (Chefe de Mobilização da RENAMO no distrito do Ibo); 7. Samuel Momade (membro da RENAMO e filho de Momade Chabane) 8. Abdala Nvita. Depois de consumada a execução sumária, os corpos foram atirados para o mar. Ainda na sua intervenção, o porta-voz da RENAMO afirmou *continua na pág. 2*

que no dia 16 de Abril corrente, uma outra embarcação com três passageiros à bordo ido de Palma à Pemba, ao chegar na Ilha do Ibo, elementos das F A D M, atiraram contra os seus ocupantes tendo sido atingidos mortalmente 2 deles, nomeadamente, Muemed Ali Mbaile e Bacher Muemed Cudeda. Milagrosamente o proprietário e tripulante da embarcação de nome Amade Culanda sobreviveu.

“No distrito do Ibo, elementos das FADM dirigiram-se ao restaurante do cidadão Selemane Idi, onde expulsaram o guarda do estabelecimento, arrombaram a porta, consumiram bebidas alcoólicas e saquearam géneros alimentícios.” Acrescentou. Manteigas disse ainda que, a acção dos elementos das FADM no distrito de Palma não terminou por aqui, pois segundo ele, outros cidadãos indefesos foram assassinados, nomeadamente: 1. Roberto Mussa Ambasse; 2. Muemed Selemane Jumbo; 3. Muindi Abudo e 4. Amina.

Manteigas, mostrou-se preocupado com o suposto excesso na actuação da PRM um pouco por todo o país, neste período de quarentena, em obediência ao Estado de Emergência, pois segundo ele, os agentes desta corporação assassinam cidadãos indefesos sem razões plausíveis. “Para além deste crime hediondo, a mesma Polícia faz detenções pouco claras e curiosamente faz vista grossa à violação do Estado de Emergência protagonizada por membros do Partido Frelimo, como aconteceu recentemente, na cidade de Nampula onde, numa clara campanha político-partidária, pois estavam vestidos de camisetes, bonés e capulanas, supostamente, distribuíram máscaras nos mercados, sem observar a regra de distanciamento social entre outras recomendações de prevenção.” disse, para depois acrescentar que,

“Estas atitudes preocupam aos moçambicanos e a RENAMO, por isso aqui e agora repudiamos e condenamos os actos de crueldade e brutalidade protagonizados pelas Forças de Defesa e Segurança que têm aumentado o luto e o sofrimento das nossas populações. É caso para dizer, as nossas Forças de Defesa e Segurança andam sem norte e sem comando.”

Para a RENAMO, o povo não pode ser bode expiatório da incapacidade e inoperância das Forças de Defesa e Segurança, o cidadão indefeso não pode ser vítima da falta de estratégia militar para combater os insurgentes que estão a ceifar vidas humanas em Cabo.

Num outro desenvolvimento, Manteigas considera que o porta-voz da polícia está a ocultar triste e lamentavelmente os actos criminosos dos seus agentes que se assemelham aos dos insurgentes. E exorta o Presidente Nyusi na qualidade de Comandante-chefe das Forças de Defesa e Segurança a agir imediatamente no sentido de mandar parar os assassinatos bárbaros, repor ordem nas fileiras e criar condições logísticas robustas e necessárias de modo a elevar a moral e capacidade combativa.

APOIO SOCIAL NECES-SITA-SE EM TEMPO DE EMERGÊNCIA

Moçambique está em estado de Emergência passam 24 dias, o que pressupõe faltarem ainda 6 dias para o fim deste momento maldito. Pelos vistos, os dias ainda são muitos e existe a probabilidade de haver incapacidade de famílias vulneráveis suportarem por mais tempo a ausência de bens da primeira necessidade.

Com a introdução do estado de emergência, por decreto presidencial para prevenir o contágio e propagação da temida Covid-19, muitas famílias desfavorecidas estão em quarentena e sem condições básicas para suportar por muito tempo a pressão de vida. Existe uma necessidade de se repensar na forma como lidar com a situação, pois urge tomar medidas visando salvar as inúmeras famílias que necessitam de atenção especial.

Muitas dessas famílias têm como fonte de sobrevivência pequenos negócios nos mercados informais, portanto, incapazes de manter o ritmo de vida que levam normalmente, pois o estado de emergência está a perturbar a dinâmica da vida. Por isso, como forma de resolver o problema de carência alimentar derivada da queda nos negócios, o governo deve pensar na maneira de garantir que as famílias vulneráveis sejam apoiadas em bens alimentares para mitigar os efeitos da fome.

O governo veio a público garantir apoio as Pequenas e Médias Empresas- PME durante a fase do estado de emergência e esperamos que o apoio seja, de facto, para alavancar a vida de cada empresa de maneira a conseguir sustentar-se em todas as necessidades básicas. Que os apoios sejam imparciais ou seja, que não olhem para a cor familiar, social, partidária, religiosa e nem olhem para o sexo dos beneficiários. Faça-se tudo para o bem dos moçambicanos e não para dividir-los.

Ao falar de famílias vulneráveis, não queremos pensar que a sociedade moçambicana no geral não precise da atenção do governo, tão somente queremos dizer que algumas famílias estão em situação que precisa de intervenção urgente sob risco de a situação social tornar-se incontrolável.

Imaginemos que haja necessidade de prorrogar-se o estado de emergência por mais algumas semanas ou que se decreta o nível 4, onde as medidas serão mais exigentes ainda.

O quê é que o governo fará para sustentar o povo?

É preciso fazer algo, começando de medidas pequenas para chegar longe. Havendo medo de pequenos desafios, quando as maiores ameaças chegarem, desfalecerão, não terão capacidades de enfrentar a luta. É preciso começar agora, com um pequeno número para conhecer os maiores desafios que o futuro poderá reservar.

É preciso aprender a agir em paralelo com os países que com ousadia enfrentam este desafio super-humano.

Ficha técnica

Director: José Manteigas Gabriel;

Editor: Gilberto Chirindza;

Redacção: Natercia Lopes, Baptista Cumbane e

Luís Marquale;

Colaboradores: Chefes regionais de informação;

Maquetização: João Mazingo

Av. Ahmed Sekou Touré nº 657;

Email: boletimaperdiz@gmail.com

Cells: 843928915, 844034113;

www.renamo.org.

Nº de Registo

07/GABINFO-DEC/2015



BANCADA PARLAMENTAR DA RENAMO REPROVA PROPOSTAS DO PES E DO OE



A Assembleia da República (AR), aprovou quarta-feira (15) da semana passada, as propostas do plano económico e social e da lei do Orçamento do Estado para o ano 2020, com votos da Bancada Parlamentar da Frelimo. A RENAMO e o MDM votaram contra os três instrumentos. Em seguida apresentamos uma das intervenções da Bancada Parlamentar da RENAMO lida pelo deputado José Samo Gudo fundamentando o motivo da não aprovação destes instrumentos legais.

SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
EXCELENCIA

(Todo o protocolo observado)

Antes de me debruçar sobre as Propostas do Plano Económico e Social e do Orçamento do Estado para 2019, permita-me Sra. Presidente, que saúde de forma calorosa todo o povo moçambicano e em especial a população da Província do Maputo, meu Círculo Eleitoral.

As minhas saudações são extensivas a Sua Excelência Ossufo Momade Presidente do meu Partido Renamo a quem desejo muita saúde e longa vida a frente dos destinos do nosso Partido.

SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
EXCELENCIA

A Casa do Povo é um lugar por excelência, que deve merecer o respeito de todos nós que aqui nos encontramos,

bem como da confiança que o povo nela deposita por ser a Magna Casa, local onde a vida, a esperança e o futuro de toda uma nação são interpretados por aqueles aos quais, através do seu voto, confiaram o seu destino.

Choca-nos e fere a nossa sensibilidade, bem como da sociedade moçambicana, quando pessoas conotadas com a famigerada Dívida Oculta, são ainda nomeadas para cargos governamentais e passeiam a sua classe nesta mesma sala como se nada de condenável tivessem feito ou pesasse sobre elas.

Os governantes deste país que se chama Moçambique, devem primar por actos nobres e dignos, para fazerem jus ao provérbio que diz “Não basta que a mulher de César seja honesta, ela tem de parecer”.

A nomeação da senhora Isaltina Lucas para o cargo de assessora do Sr. Primei-

ro Ministro deixa dúvidas quanto à verticalidade, ética e integridade moral de quem a nomeou, se tivermos em conta o envolvimento da senhora, enquanto Directora Nacional do Tesouro, quando forneceu parecer favorável para a emissão das Garantias do Estado que resultaram na contracção de empréstimos, ao arripio desta Magna Casa, que endividaram o País, mergulhando-o numa crise económica sem precedentes e, constituindo-se no maior escândalo financeiro de que há memória no País.

Que tipo de assessoria irá esta senhora prestar ao Sr. Primeiro Ministro?

A mesma assessoria que prestou ao ex-Ministro Manuel Chang, que há mais de um ano está a mofar numa cadeia sul-africana?

A nomeação da senhora Isaltina Lucas para assessora do Sr. Primeiro Ministro, constitui, sem sombra de dúvidas, um insulto à inteligência e a dignidade do povo moçambicano e uma flagrante e clara demonstração de falta de respeito. Dennis Jett, antigo embaixador dos EUA em Moçambique disse que “Moçambique é quase um Estado falhado, liderado por corruptos”.

Sentimo-nos, envergonhados.

Estas palavras do antigo embaixador, constituem um apelo à consciência para a mudança de atitude dos nossos governantes.

Porém, preferem continuar a banhar-se na lama imunda e fedorenta da corrupção e do nepotismo.

O quê é que se esconde por detrás desta protecção política?

A maioria dos deputados da bancada da Frelimo é produto do enchimento de urnas e falsificação de editais.

A sociedade que se está a criar para o futuro, é uma sociedade à qual se ensina, que o roubo, a falsificação, a trapaça e quejandos, são actos socialmente aceites.

O outrora condenava-se o roubo. Hoje, prende-se e conde-

continua na pág. 4

“ANÁLISE DEMOCRÁTICA”

Um programa radiofónico que faz análise dos temas políticos e sociais de destaque semanal.

Sintonize e escute a frequência 90.0FM Rádio Terra

Acompanhe em todos os sábados das 11:00 às 12:00 horas

Participe! 821075995 ou 840135011



na-se o denunciante e premeia-se o ladrão.

Daí, o aparecimento dos Ndambis e “Nhangumeles da vida”.

Nós Bancada Parlamentar da Renamo, a verdadeira Bancada do povo Moçambicano, não nos cansaremos de denunciar, quantas vezes forem necessárias, os actos politicamente errados, pese embora, tal denúncia possa criar algum desconforto e mal estar entre aqueles que os cometem.

Jamais, trairmos a nossa consciência, nem trairmos o povo que em nós votou e muito menos conspurcaremos a memória do nosso saudoso Presidente Afonso Macacho Marceta Dhlakama e todos quantos deram a sua própria vida para que hoje pudéssemos aqui estar.

Estamos nesta sala por mérito próprio. Não somos produto de enchimento de urnas e nem de falsificação de editais.

Não nos amordacem o pensamento, a pena e a voz.

Não somos produto de “Se a Zambézia não resolver, Gaza vai resolver”.

Muito menos, fazemos parte dos 300.000 fantasmas de Gaza.

Somos, ainda, seres viventes do ano 2020 e não do ano 2040.

Senhora Presidente da Assembleia da República

Excelência

As Propostas do Plano Económico e Social e da Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2020 foram trazidas a esta Magna Casa para apreciação e deliberação, num momento particularmente difícil para a vida do povo moçambicano, pois, o surto da pandemia do COVID 19 ameaça lançar o luto e a desolação no seio das famílias.

Aos médicos, aos enfermeiros e a todo o pessoal de saúde endereçamos a expressão do nosso apreço, gratidão e solidariedade pela entrega e total abnegação na luta pelo bem estar do povo moçambicano.

Para todos vós vai o nosso carinhoso Muito Obrigado.

A Proposta do Plano Económico e Social em análise foi elaborada sem se levar em conta, em muitos dos seus aspectos, a situação difícil que, a breve trecho, o País irá atravessar, senão vejamos:

Na Prioridade Impulsionar o Crescimento Económico, a Produtividade e a Geração de Emprego o Governo não esclarece donde sairão os 230.246 planificados, no contexto de uma estagnação económica imposta pelo COVID 19.

O Governo pensa que com a alocação de 550 kits de auto-emprego e financiamento de 406 projectos de iniciativa juvenil para o auto-emprego e geração de rendimentos, irá resolver o problema do desemprego em Moçambique?

O número de iniciativas é irrisório e não vai resolver o problema do emprego. É uma gota de água no oceano do desemprego.

Tendo em conta a acção destruidora dos ciclones Idai e Keneth, esperávamos uma atitude mais assertiva por parte do Governo no que tange à construção de casas para os assolados pelas intempé-



ries.

O Governo, programou a construção de 418 casas assemelhando-se a uma empresa de porte médio que, como já nos habituaram, promete construir em um ano, casas melhoradas para a população reassentada, acabando por levar mais de dois anos para terminar, se terminar. Na educação o Governo estima que o rácio professor/aluno se situe em 63,6 nas Escolas Primárias do Primeiro Grau, parecendo-nos ainda muito elevado, o que irá contribuir para o baixo nível de aprendizagem dos alunos.

Não basta encher as escolas de alunos, quando os professores não conseguem prestar um adequado acompanhamento pedagógico.

Por outro lado, o Governo propõe-se distribuir 33.875 carteiras o que nos parece muito pouco se, tivermos em conta que este número representa uma redução de 150 mil carteiras, quando comparado com o planificado para 2019, sabendo-se que ainda existem milhares e milhares de alunos estudando debaixo de árvores.

Na Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2020, ora em análise, constatamos o seguinte:

A rubrica Despesas de Funcionamento continuará sendo a que mais irá absorver a grande fatia do Orçamento do Estado em 2020, prevendo-se cerca de 66,1% da Despesa Total, representando um incremento na ordem de 8,3 pontos percentuais em relação à previsão de 2019.

Com entrada dos inesperados Secretários de Estado, era de se prever este aumento substancial nas Despesas de Funcionamento.

Não se sabe quanto irão gastar em salários e mordomias os ilustres, ou por outra, os inúteis e excedentários Secretários de Estado e os seus acólitos que, alguns por não terem e nem saber o que fazer, expressam a sua alegria incontida, dançando por tudo e por nada. Até ao som de uma banda dançam batuque.

É um viva alegria. É faltar vilanagem.

Era só o que nos faltava. Triste sina a nossa e a do nosso País.

O Governo não torna público os termos dos acordos de financiamento do crédito interno, mormente no que diz respeito às taxas de juro aplicadas, a maturação e período de amortização dos mesmos.

Pois, conforme consta da Proposta do Orçamento do Estado, o crédito interno vai registar um incremento significativo, passando de 28,5 mil milhões de meticais de 2019, dos 19 mil milhões planificados, para 28 mil milhões em 2020 que, mercê da pressão conjuntural irá, certamente, ultrapassar a previsão proposta.

Na rubrica de Operações Financeiras, o Governo tem planificados 46 mil milhões de meticais, dos quais 41,2 mil milhões referem-se às operações passivas que contemplam amortizações de empréstimos internos e externos.

O Governo não explicita se naquele montante inclui-se a amortização das Dívidas Ocultas, uma vez que o ano passado efectuou, que se saiba, um pagamento relativo à dívida da Ematum, em clara desobediência ao Acórdão do Conselho Constitucional, que declara tal dívida, ilegal.

Esperávamos, outrossim, colher do Governo alguma informação sobre as Dívidas Ocultas. Porém o silêncio ensurdecedor é elucidativo. É matéria para o povo se ir esquecendo, porém, pagando com muito sacrifício, o que um punhado de caloteiros e alguma gente de colarinho branco à mistura, entendeu meter ao bolso.

Ademais, a recente nomeação de uma figura envolvida na burla é suficientemente esclarecedora.

Por tudo quanto foi dito, convido os Deputados desta Magna Assembleia a reprovarem as Propostas do Plano Económico e Social e do Orçamento do Estado para 2020.

Pela atenção dispensada, o meu muito obrigado.

MUNICÍPIO DA ILHA DE MOÇAMBIQUE REDOBRA ACÇÕES NO COMBATE DO COVID-19



O Conselho autárquico da Ilha de Moçambique, está a levar acabo várias actividades com vista a mitigar o impacto

do covid-19. De entre as acções, destacam-se a sensibilização dos munícipes de modo a usarem máscaras de protecção, lavagem das mãos e distanciamento social, desinfectação de locais públicos, mobilização de moto taxistas, ciclistas e transportadores de passageiros a respeitarem a lotação, assim como o uso das máscaras por todos os passageiros transportados.

Falando em entrevista à nossa redacção, o presidente do Conselho Autárquico da Ilha de Moçambique, Ismail Chacufa, disse que a edilidade tem recebido alguns apoios de singulares e algumas organizações locais e internacionais que têm ajudado em meios materiais e financeiros. Chacufa, realçou que os apoios têm sido aplicados em acções concretas tais como, a distribuição de material de higiene nos centros de saúde, instalações públicas e privadas e mercados.

Por outro lado, o autarca mostrou-se preocupado com alguns hábitos culturais que de certa forma contribuem negativamente no combate a pandemia que assola o mundo.

“Temos observado uma certa resistência por parte de alguns munícipes, que nas cerimónias fúnebres não têm obedecido o número máximo recomendado de 20 pessoas. São questões culturais”,



afirmou, para depois acrescentar que “as autoridades municipais estão a trabalhar com a polícia da República de Moçambique de modo a resolver o problema”.

EDIL DE MAPUTO RECONHECE SER O PRIMEIRO CASO POSITIVO EM MOÇAMBIQUE

“Eu fui certamente o primeiro caso de internamento por covid-19 em Moçambique” reconheceu Eneias Comiche, presidente do Conselho Autárquico de Maputo esta segunda-feira (20).

Depois de um silêncio e muitas especulações a volta da situação de saúde do edil de Maputo, Eneias Comiche quebrou o silêncio e veio ao público reconhecer ter sido o primeiro caso oficial dado como positivo por covid-19 no país. Diagnosticado publicamente no dia 22 de Março, Eneias Comiche criticou o comportamento das autoridades de saúde na demora em dar a informação tempestiva sobre o resultado das amostras colhidas



PROPAGACÃO DA COVID-19
“Eu e minha esposa fomos os dois primeiros casos”

aos pacientes e o tratamento desumano aos mesmos. “Não é correcto sermos tratados como números. Mais X infectados dos quais Y recuperados, sem informação directa ao interessado e sem uma palavra de aconselhamento” disse, acrescentando que, “o cidadão testado

ao covid-19 tem direito de ser informado em primeira mão”.

Comiche disse ainda que para além dele e da esposa, nenhuma outra pessoa das que tiveram contacto com ele, incluindo os seus familiares, acusou positivo. “Fico feliz em saber que, não infectei ninguém. Sei que os meus familiares directos, os quadros anteriormente referidos que trabalham comigo, fizeram testes com

resultados negativos” disse. O edil de Maputo, disse estar completamente recuperado e com resultado negativo ao covid-19 e promete retornar ao trabalho, na função do presidente do Conselho Autárquico da cidade de Maputo.

COMUNICADO DA RENAMO PELO MÊS DE RAMADÃO



Por ocasião do início do Ramadão o Gabinete do Presidente da RENAMO Ossufo Momade emitiu quinta-feira (23), um comunicado de imprensa alusivo ao momento. Eis o seu teor:

Os muçulmanos vão iniciar o mês sagrado, Ramadão, começando assim um mês de jejum.

Este é o mês mais sagrado do Islão, dedicado à prática intensa da oração, do recolhimento, da constante lembrança da dedicação da vida à Deus.

Ramadão é um testemunho de gratidão para com Deus, e constitui ocasião para uma introspecção e peregrinação interior.

Jejuar é um misto de expiação, através de uma

purificação, e dedicação através da renúncia. Pela sua dimensão, o Ramadão é também um instrumento de fraternidade e comunhão numa mesma natureza, o Homem.

Os sacrifícios colectivos fazem sentido exactamente no campo da fraternidade. O Ramadão é a afirmação interior, familiar e pública da condição de muçulmano.

Como será vivido este Ramadão em contexto da actual situação?

Todos os fins de tarde, em comunidade, o muçulmano quebra o jejum, mas não o poderá fazer. Em casa, à noite, a refeição deveria ser alargada, novamente, isto não vai acontecer. Por fim, as orações em congregação, tão importantes

neste mês, não poderão ter lugar, com mesquitas encerradas devido a pandemia que assola o mundo inteiro. Neste Ramadão, os muçulmanos não vão “estar” em comunidade, não vão quebrar o jejum em festa colectiva.

A todos os muçulmanos de Moçambique pedimos para que tenham sempre presente em vossas preces a situação dramática que vivemos em Cabo delgado, a pandemia que assola o mundo, que orem pela paz em Moçambique e no mundo, para que haja justiça social, irmandade, fraternidade e amor entre os homens

Em meu nome pessoal e do Partido RENAMO desejo vos, um Ramadão feliz.

Amem.